

# ARQUEOLOGIA

## A sábia esperteza daquela matrona pacense

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO ARQUEÓLOGO

**M**ostra-se no Museu Regiaonal de Beja – Museu Rainha Dona Leonor, com o número de inventário B-78, uma grande pedra romana com letras que, miudamente explorado o seu conteúdo, deixam perceber como – a exemplo do que outras vezes aconteceu – a mulher de então soube contornar às mil maravilhas a situação de subalternidade a que oficialmente estava votada.

**O MONUMENTO** De mármore de Trigaches, cinzento muito claro, praticamente branco, foi encontrado, a 6 de Fevereiro de 1794, “no rossio fora da Porta de Avis, para a parte do norte, junto aos lagares do Pé da Cruz”, de acordo com a informação veiculada, com desenho, no códice “Vida de Sisenando Mártir e Beja sua pátria”, de 1800, pelo seu autor, Frei Manuel do Cenáculo, que foi, como se sabe, bispo de Beja e tinha enorme gosto pelas antiguidades, de tal modo que muitíssimas colecionou e vieram a constituir o embrião do museu da cidade.

Guardaram esse mármore no palácio episcopal e foi D. António Xavier de Sousa Monteiro, bispo de Beja desde 1883 até à sua morte em 1906, que o cedeu para o museu. Mede, na atualidade, 143 centímetros (cm) de altura por 64 de largura e 44,5 de espessura.

Causará admiração a sua estranha forma. E há razão para a estranheza. O monumento original teria sido altar de proporções não despidiendas, como se viu. Ora, estava mesmo a calhar para vir a ser reutilizado num dos edifícios da cidade. Terá sido adaptado, portanto, a pilar de um arco – daí a estranha forma arqueada que apresenta.

Abel Viana descrevera-o, porém, em 1946, como “um grande paralelepípedo, cuja parte superior incurva ligeiramente para a direita, dando a impressão de ter pertencido ao lado esquerdo de um pórtico, sendo a maior parte do monólito constitutiva do pilar, e a restante correspondente ao ponto de nascente do arco”. Não levanta, pois, a questão de qual a forma inicial, partindo, quicá, do princípio de que não houvera reutilização após a época romana.

Aliás, o famoso arqueólogo espanhol García y Bellido, ao referir-se a esta inscrição, em 1956, não hesita em afirmar que desempenharia “el papel de pilar o jamba de asiento del primer salmer”. Jamba também existe em português: “cada uma das duas partes iguais de que se compõe



uma porta”; e ‘salmer’ é a primeira aduela da extremidade de um arco.

Por seu turno, Manuela Alves Dias escreveu, em 1978, que, embora a pedra possa ter sido reutilizada, “o facto de se encontrar na aduela dum arco, portanto, num local de passagem, integrado numa estrutura arquitetónica, sugere a sua inclusão num monumento, templo ou templete (dedicado a Serápis), talvez a cargo duma família local”.

Poderão essas explicações radi-car na hipótese lançada desde logo

por Frei Manuel do Cenáculo de que a pedra poderá ter feito parte de um templo a Serápis. De facto, ainda em 1983, na 3.ª edição do seu “Portugal Romano”, Jorge Alarcão escreveu que o deus aí “foi adorado talvez em templo próprio”; mas, em 1988, já explicita que a inscrição se “acha gravada num grande altar que foi posteriormente aproveitado, na época visigótica ou árabe, para a construção de um arco”. A reutilização obrigara, pois, ao desbaste do capitel e da base, mas ainda se nota, do lado esquerdo, o ressalto que marcava a separação entre o capitel e o fuste do altar.

Chegado a este ponto, perguntará o leitor por que razão se há de gastar tempo nessas considerações. Eu explico: é que uma pedra com letras é pensada para figurar em determinado sítio e a sua importância como fonte histórica está dependente desse contexto. Já vamos ver que, por se tratar de um grande altar, assume, de facto, relevo muito especial.

**O QUE DIZ A INSCRIÇÃO** O campo epigráfico – ou seja, o espaço expressamente destinado a conter a inscrição – mede 47 cm de altura por 41 de espessura. As letras têm, em média, 3,5 cm de alto e as linhas estão espaçadas dois centímetros. O texto, em latim como era de norma, significa o seguinte: “Consagrado a Serápis Panteu. Em honra de Gaio Mário

Prisciano. Estelina Prisca, mãe do filho indulgentíssimo, ofereceu”.

Não se afigura lógico que se trate de homenagem feita em vida de Prisciano, não só porque há testemunhos semelhantes em que o carácter funerário se revela mais evidente, mas também porque o qualificativo no superlativo se adequa a encómio póstumo. O mais habitual é usar-se o termo “piíssimo” ou “piedosíssimo”, porque a piedade consubstancia, no tempo dos romanos, a qualidade maior de uma pessoa, no respeito e suma atenção para com os deuses e os homens. “Indulgentíssimo”, por seu turno, acentua a ternura, a capacidade de aceitação dos outros em todas as circunstâncias. Um bom elogio, portanto.

Há, todavia, um pormenor: é que, em vez de se fazer a consagração aos deuses Manes, portadores do espírito para o Além, há aqui uma dedicatória invulgar. A divindade é Serápis, colhida no panteão egípcio, o que, de ‘per si’, induz a pensar numa relação com a outra margem do Mediterrâneo. Não chegam, de facto, às duas dezenas os testemunhos do culto a esta divindade na Hispânia romana, amiúde em ligação com Ísis, a que temos também uma dedicatória em Pax Julia.

Todavia, Serápis ostenta um epíteto incomum: Panteu, vocábulo que significa, pela sua etimologia, “todos

os deuses”. Isto é: neste caso, atribuem-se a Serápis as qualidades inerentes a todo o panteão, para mais ampla proteção se obter. Proteção para quem? Para a mãe e seus familiares ou especificamente para o filho? Nessa ambiguidade reside o carácter singular desta inscrição, que se apresenta como sendo um ‘ex-voto’, resultante do cumprimento de uma promessa, mas é igualmente homenagem a Gaio Mário Prisciano.

**UMA AMBIGUIDADE VOLUNTÁRIA** Se elementos de uma família Mário, a do pai de Prisciano, são conhecidos nesta zona meridional da Lusitânia, ainda que mais nenhum na colónia de Pax Julia, acaba por não se saber bem de que família será a mãe, na medida em que Estelina não é, pela sua forma, nome identificativo de família. Não há, até ao momento, mais nenhum testemunho achado no território que foi do Império Romano. Ou seja, não fora esta epigrafe o nome ainda se manteria incógnito. Poder-se-ia pensar num diminutivo de Stella (estrela); nem esse aparece, porém! Motivo, pois, para Prisca o querer perpetuar. E é nessa perpetuação que reside o alcance histórico maior deste texto.

Primeiro, o pleonasma: não bastou a Prisca dizer que Prisciano era seu filho, sublinhou que era a sua mãe. Depois, as dimensões fora do comum. Não são as de um altar propriamente dito, suscetível de sobre ele se imolar uma vítima; mas, no capitel, haveria toros a ladear um bonito fóculo, onde se pudessem à vontade queimar essências em honra da divindade. E decerto se queimaram no dia em que a inscrição foi descerrada, com pompa e circunstância. Onde?

Esse, o terceiro aspeto a destacar. Não num templo urbano, dadas as suas dimensões, mas algures nos arrabaldes bem próximos da cidade, quicá junto a um templete, como José Luís Madeira sugere na reconstituição. E daí advém a outra ambiguidade maior: no final, estão as siglas D \* D – que nós consideramos ser as de D(ono) D(edit), “ofereceu como presente”; contudo, D \* D são também as siglas de D(ecreto) D(ecurionum), “por decreto dos decuriões”. Ora, se se puder considerar que houve pública necessidade de os decuriões autorizarem esse gesto, ele ganha, na realidade, uma relevância maior! Os passantes poderiam facilmente ser induzidos em erro!

Em suma: Estelina Prisca, mulher e mãe, está presente num lugar público muito frequentado da colónia! Honra expressa para o filho; honra implícita, mas real, para a família da mãe!